



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **3002170-88.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Rafael Crisostomo de Souza**  
 Requerido: **REGINALDO APARECIDO PEREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que o autor alegou que teve um caminhão semi-reboque de sua propriedade abalroado por outro caminhão, do réu.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais que sofreu em consequência disso, bem como do que deixou de auferir durante o tempo em que seu veículo permaneceu em conserto.

O réu em contestação dispôs-se a pagar o montante postulado pelo autor a título de indenização pelos prejuízos que teve em seu caminhão, mas impugnou o pleito relativo aos lucros cessantes.

A divergência posta, portanto, limita-se exclusivamente a esse segundo aspecto e quanto ao mesmo reputo assistir razão ao réu.

Com efeito, o autor não logrou demonstrar com a indispensável segurança que não recebeu importância específica enquanto seu veículo permaneceu em reparo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Ele é associado da Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas de São Carlos – COOPERTRANSC e junto à mesma não teria possibilidade de realizar nova viagem no mês de novembro de 2013.

É o que atesta o ofício de fls. 64/65.

Nesse contexto, e como o parâmetro utilizado pelo autor para estabelecer o pedido no particular foi exatamente o que ele percebe junto àquela cooperativa (fl. 09), conclui-se que não faz jus ao recebimento de valores a propósito.

Por outras palavras, levando em conta que o autor alicerçou sua postulação em ganhos que percebe junto à COOPERTRANSC e considerando que no período em apreço ele não faria outra viagem em face dela, ele bem por isso nada deixou de ganhar a respeito.

Somente no final do processo o autor amealhou o documento de fl. 106, com o que buscou provar que presta serviços para outras empresas e que foi impedido de fazê-lo enquanto perdurou o conserto de seu caminhão.

Isso, contudo, não milita em seu favor.

De início, e abstraindo a estranheza que causa elemento tão relevante ter sido juntado apenas ao final do processo, não se pode empregar o rendimento que o autor mantinha perante a COOPERTRANSC para projetar o que não logrou obter junto a terceiros.

Seria imprescindível que ele concretamente patenteasse qual a viagem não pode efetivar e qual a remuneração dela para caracterizar em base sólida o seu lucro cessante.

Como se não bastasse, e esse dado é igualmente relevante, o documento de fl. 106 esclarece que o autor iniciou viagem para São Luis do Maranhão em 22 de novembro, o que equivale a dizer que pelo espaço de tempo que consumiu para tanto não reuniria condições para fazer outra viagem nesse mesmo mês, máxime porque o tempo de reparo do caminhão foi de sete dias (fl. 05).

Por fim, a testemunha Márcio Antonio de Souza declarou em Juízo que o caminhão do autor sofreu outro acidente além daquele de que trata o processo (não se recordou, é certo, quanto isso sucedeu), sendo o reparo custeado por fundo da COOPERTRANSC.

A assertiva está em consonância com o documento de fl. 69 e no mínimo lança dúvida quanto ao conserto aqui discutido ter-se circunscrito ao reparo dos danos causados no acidente em pauta.

A conjugação de todos esses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição do pedido no particular, não tendo o autor se desincumbido satisfatoriamente do ônus de comprovar que por força do evento noticiado deixou de ganhar o valor que pleiteou a fl. 08.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 400,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época do desembolso de fl. 05), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**